



# **Estudo de Impacte Ambiental da Ampliação da Exploração Pecuária Pêro Negro (Montemor-o-Novo)**

**Autor** PROEGRAM Projectos e Consultoria em Engenharia e  
Ambiente

## **Fator Património Cultural**

**Responsável PATA** Anabela Joaquinito  
**Pesquisa documental** Anabela Joaquinito  
**Trabalho de campo** Anabela Joaquinito e João Caninas  
**Relatório** Anabela Joaquinito  
**Registo fotográfico** Anabela Joaquinito  
**Revisão** João Caninas

**2023**

# Índice

---

## Projeto

---

Introdução  
Metodologia  
Enquadramento geográfico e geológico  
Enquadramento histórico-arqueológico  
Resultados da pesquisa documental  
Resultados do trabalho de campo

## Situação de Referência

---

Introdução  
Impactes na fase de construção  
Impactes na fase de exploração  
Impactes na fase de desativação

## Avaliação de Incidências

---

Introdução  
Medidas para a fase de preparação  
Impactes na fase de construção  
Medidas para a fase de exploração  
Medidas para a fase de desativação

## Medidas de Minimização

---

Bibliografia  
Cartografia  
Planos  
Relatórios  
Páginas web

## Fontes de Informação

---

Anexo 1. Metodologias  
Anexo 2. Ocorrências identificadas na pesquisa documental  
Anexo 3. Ocorrências caracterizadas em trabalho de campo  
Anexo 4. Zonamento da prospeção arqueológica  
Anexo 5. Figuras  
Anexo 6. Autorização da DGPC

## Anexos

---

## Abreviaturas

<b>AI</b>	Área de Incidência do projeto
<b>ZE</b>	Zona de enquadramento
<b>AE</b>	Área de estudo
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>CGP</b>	Carta Geológica de Portugal
<b>DGPC</b>	Direção-Geral do Património Cultural
<b>CMP</b>	Carta Militar de Portugal
<b>m</b>	metro
<b>nº</b>	número
<b>CA</b>	Carta arqueológica

## PROJETO

O projeto contempla a ampliação da exploração pecuária de Pêro Negro, atualmente licenciada com 1990 porcos de engorda e um aumento para 7675 porcos de engorda. Inclui ampliação de área de construção numa zona de estruturas demolidas, que já foi intervencionada (Figura 1).

As três lagoas existentes são para manter e não se perspetiva necessidade de aumentar a capacidade de armazenamento.

A área de espalhamento está dividida em três zonas, destinadas à colocação de efluentes, de acordo com o parecer favorável da ARH e da DRAP-Alentejo, desde 2015.

# SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

## Introdução

Neste relatório documentam-se os resultados da pesquisa de elementos do Património Cultural imóvel que possam condicionar ou ser afetados pela execução do projeto em apreço. Esta caracterização suporta-se em pesquisa documental e em trabalho de campo. Os resultados obtidos estão documentados em extrato da CMP na escala 1:25.000 (**Figura 2**), no **Quadro 1** e nos **Anexos 2, 3 e 4**.

## Metodologia

O fator Património Cultural tem como universo de caracterização ocorrências materiais, móveis ou imóveis, nomeadamente, achados (isolados ou dispersos), construções, conjuntos, sítios, de natureza arqueológica, arquitetónica e etnográfica, independentemente do seu estatuto de proteção ou valor cultural, mas também indícios, toponímicos, topográficos ou de outro tipo.

Quanto às diretivas legais e metodológicas cumpriu-se o especificado no Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, que aprova e publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural e na circular, emitida pela tutela em 29 de março de 2023, sobre os “Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental”.

Como Área de Estudo do fator Património (AE) considerou-se o conjunto territorial formado pela Área de Incidência (AI) do Projeto e por uma Zona de Enquadramento (ZE). Atendendo à natureza do projeto considera-se que a intervenção será de carácter direto na totalidade da AI delimitada. A ZE é uma faixa envolvente da AI com, pelo menos, 1 km de largura. As ocorrências situadas na ZE servem para avaliar o potencial arqueológico da AE.

As fontes de informação utilizadas consistiram em inventários de organismos públicos com tutela sobre o Património, nomeadamente da Direção Geral do Património Cultural, através do inventário de imóveis classificados e de imóveis em vias de classificação (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt>), da base de dados de sítios arqueológicos (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>), do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (<http://www.monumentos.gov.pt>), em consulta *on line*, do plano diretor municipal (PDM), e ainda

em bibliografia seletiva sobre património arqueológico, cartografia militar, ortofotografia (Google Earth) e páginas web nomeadamente do município.

As metodologias adotadas nesta avaliação estão detalhadas no **Anexo 1**.

## **Enquadramento geográfico e geológico**

O concelho de Montemor-o-Novo faz parte da sub-região do Alentejo Central, possui sete freguesias incluindo a do projeto, a União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras. O curso de água mais relevante é o rio Almansor, existindo ao longo das suas margens 26 moinhos, e tem uma altitude média de 291 m acima do nível do mar

No sector NW do Maciço de Évora Carvalhosa e Zbyszewski (1994) definem que a área da pecuária em Safira, está inserida na Formação do Carvalhal formada por xistos verdes anfibólicos e quartzo de exsudação metamórfica que surge em veios e bolsas e incluso nos xistos: “Sequência vulcano-sedimentar essencialmente constituída por xistos e metabasitos. Destacam-se os xistos quartzo-sericíticos, com tonalidades avermelhadas, que apresentam níveis psamíticos (por vezes conglomeráticos), abundante quartzo de exsudação e uma xistosidade penetrativa bem marcada, posteriormente dobrada e transposta por clivagem de crenulação. Em associação ocorrem também níveis de xistos pelítico-quartzosos finos, de aspeto luzente, com tonalidade arroxeadada e que para além da xistosidade mostram uma estruturação linear bem marcada. Os metabasitos correspondem a xistos verdes com texturas nemato-porfioblástica. Apresentam uma xistosidade com orientação geral WNW-ESE pendente para NNE, marcada por um bandado mineralógico macroscópico. Textualmente apresentam texturas nematoporfioblásticas por vezes granoblásticas finas.” (Pedro J., 2017).

## **Enquadramento histórico-arqueológico**

Os testemunhos da presença humana conhecidos no concelho de Montemor-o-Novo revelam uma ocupação desde a Pré-História. As freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras acolhem monumentos megalíticos como as antas dos Castelos 2, da Grande da Comenda da Igreja, da Alcava de Cima, da Murteira 3, do Monte dos Cordeiro, da Murteira 2, dos Varelas 2, da Horta da Rabasqueira e da Sobreira, às quais se somam dezenas de outras antas e o cromeleque dos Cuncos, o menir da Courela do Guita (classificado como Monumento Nacional), o menir na Courela da Casa Nova e os menires do Sideral,

que salientam a atividade das comunidades neocalcolíticas na região, confirmados com a presença de povoados e habitats como o povoado calcolítico do Monte do Foro.

Do período romano há referência a pequenos casais agrícolas, antigas zonas de mineração e de uma sepultura romana de *tegulae* referida por Manuel Heleno no início do corredor da anta Monte das Pedras (Heleno, 1935).

Na arquitetura militar destaca-se o Castelo de Montemor-o-Novo, abrangendo as muralhas e os imóveis que se encontram no seu interior, sendo os vestígios mais antigos identificados de cronologia visigótica ou Pré-islâmica (séculos VI-VIII), representados por motivos gravados em pedras reaproveitados na construção, seguido de um povoamento islâmico até ao século XVIII, de acordo com o material cerâmico ou uma torre de roca decorada, em osso, procedentes dos silos intervencionados (Pereira, 2004).

“Já em finais do século XIII era Montemor terra de grande importância, aqui tendo D. Dinis reunido a Assembleia que viria a demandar ao papa Honório IV a criação de uma Universidade (que mais tarde viria a ser criada em Coimbra). Foi também em Montemor-o-Novo que, já em finais do século XV, se realizaram, por duas vezes, as cortes (em 1477 e em 1495).” (PDM, Volume II 2.8, História e Património)

A freguesia de Silveiras incluiu as extintas freguesias de Santo Aleixo e Safira, na década de 40 do século passado, nas quais subsistem as ruínas da Igreja de Santo Aleixo, datada do séc. XVI, e a antiga freguesia de Nossa Senhora da Natividade de Safira com as ruínas da igreja edificada no séc. XV e ampliada no séc. XVI, a última incluída na área deste estudo, e a freguesia de Safira incluía a Estrada Real que comunicava com a restante região alentejana.

## **Resultados da pesquisa documental**

A caracterização da situação atual do fator Património Cultural, imóvel, abrangeu a AI do Projeto, acrescida de uma zona de enquadramento (ZE), até 1 km de distância do limite da AI. Projetaram-se nessas duas áreas as ocorrências identificadas na pesquisa documental.

Na AE reportam-se onze ocorrências que incluem quatro sítios arqueológicos, com estatuto de proteção, inscritos no inventário público (DGPC), três dos quais constam no PDM, e construções em ruínas, localizadas na ZE. Consideram-se ainda três ocorrências na AI, correspondentes a estruturas associadas a explorações agropecuárias.

Na AI, na cartografia militar e no google earth localizaram-se: uma construção em ruínas (oc.1) adjacente à área ativa da pecuária e a norte duas estruturas de apoio à atividade rural, representadas por um uma cisterna (oc.2) e um poço (oc. 3), na ZE, todavia no interior da propriedade, identificaram-se duas outras ocorrências, uma segunda construção em ruínas (oc. 4) e o poço da Marmeleira (oc.5).

**Quadro 1.** Caracterização sumária das ocorrências identificadas na AE

Referência		Tipologia Topónimo ou Designação	Inserção no Projeto (AI, ZE) Categoria (CL, AA, AE) Valor cultural e Classificação						Cronologia					
			AI			ZE			PA		PR		F	
TC	PD		CL	AA	AE	CL	AA	AE	PA	PR	F	ER	MC	Ind
1		Construções Pecuária de Pêro Negro			0								C	
2		Fonte de mergulho Pecuária de Pêro Negro			2								C	
3		Poço Pecuária de Pêro Negro			1								C	
4		Construção Pecuária de Pêro Negro						1					C	
	5	Poço Marmeleira						nd					C	
	6	Povoado Monte do Foro				In	nd					C		
	7	Igreja Safira				In	nd						M	
	8	Anta Castelo 2				In	nd					NC		
	9	Anta Poço da Ameixeira				In	nd					NC		
	10	Construções Monte da Atafona						nd					C	
	11	Construções Monte Romeiras Baixo						nd					C	

#### LEGENDA

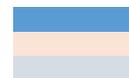
**Referência.** Os números da primeira coluna identificam as ocorrências caracterizadas durante o trabalho de campo (TC) e os da segunda coluna as que foram identificadas na pesquisa documental (PD). Faz-se, desta forma, a correspondência entre as duas fontes de caracterização do Património. As ocorrências estão identificadas na cartografia com estas referências. **Tipologia, Topónimo ou Designação.** **Inserção no Projeto.** AI = Área de Influência do Projeto; ZE = Zona de Enquadramento do Projeto. **Categoria.** CL = Património classificado, em vias de classificação ou com outro estatuto de proteção (Mn=monumento nacional; Ip=imóvel de interesse público; Mp=monumento de interesse público; Mm=monumento de interesse municipal; ZP=zona especial de proteção; VC=em vias de classificação; PL=planos de ordenamento; In=inventário); AA = Património arqueológico; AE = Arquitetónico, artístico, etnológico, construído. **Valor cultural e critérios.** Elevado (5): Imóvel classificado (monumento nacional, imóvel de interesse público) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitetónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. Médio-elevado (4): Imóvel classificado (valor concelhio) ou ocorrência (arqueológica, arquitetónica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (caraterísticas presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. Médio (3), Médio-baixo (2), Baixo (1): Aplica-se a ocorrências (de natureza arqueológica ou arquitetónica) em função do seu estado de conservação, antiguidade e valor científico, e a construções em função do seu arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local. Nulo (0): Atribuído a construção atual ou a ocorrência de interesse cultural totalmente destruída. Ind=Indeterminado (In), quando a informação disponível não permite tal determinação, ou não determinado (Nd), quando não se obteve informação atualizada ou não se visitou o local. **Cronologia.** PA=Pré-História Antiga (i=Paleolítico Inferior; m=Paleolítico Médio; s=Paleolítico Superior; Me=Mesolítico); PR=Pré-História Recente (N=Neolítico; C=Calcolítico; B=Idade do Bronze); F=Idade do Ferro; ER=Época Romana; MC=Idades Média, Moderna e Contemporânea (M=Idade Média; O=Idade Moderna; C=Idade Contemporânea); Ind=Indeterminado (In), quando a informação disponível não permite tal determinação, ou não determinado (Nd), quando não se obteve informação atualizada ou não se visitou o local. Sempre que possível indica-se dentro da célula uma cronologia mais específica. **Incidência espacial.** Reflete-se neste indicador a dimensão relativa da ocorrência, à escala considerada, e a sua relevância em termos de afetação, através das seguintes quatro categorias (assinaladas com diferentes cores nas células): achados isolados ou dispersos; ocorrências localizadas ou de reduzida incidência espacial, inferior a 200m<sup>2</sup>; manchas de dispersão de materiais arqueológicos, elementos construídos e conjuntos com área superior a 200m<sup>2</sup> e estruturas lineares com comprimento superior a 100m; áreas de potencial interesse arqueológico, arquitetónico e etnográfico; ocorrência de dimensão indeterminada.

#### Incidência espacial

Achados isolados ou dispersos  
Ocorrência de pequena dimensão



Áreas de potencial valor cultural  
Ocorrência de dimensão significativa  
Dimensão não determinada



Na ZE, identificaram-se quatro sítios arqueológicos, integrantes do inventário Endovélico (DGPC) e três identificados na carta arqueológica e no PDM de Montemor-o-Novo: o oovoado do Monte do Foro (oc. 6), ocupação calcolítica representada por fragmentos de cerâmica manual e percutores, a Igreja de Nossa Senhora da Natividade de Safira (oc. 7), templo em ruínas, datável da Idade Média-Moderna, e a sudoeste e a sul da pecuária duas antas, a anta dos Castelos 2 ou Monte dos Castelos (oc. 8), datada do Neocalcolítico, monumento com quatro esteios, três *in situ* e vestígios de mamoa, e a anta do Poço da Ameixeira (oc. 9), referida na folha 35-D da Carta Geológica de Portugal (Montemor-o-Novo), todavia não incluída no PDM, por motivo de localização não identificada.

Na AE, a sul da herdade, destacam-se dois montes, o Monte da Atafona (oc. 10) e o Monte das Romeiras de Baixo (oc. 11). O nome do primeiro é de origem árabe, *at-tahunâ*, que significa moinho, manual ou movido por força animal ou referencia a azenha, um moinho de roda movido por água. Neste sítio a simbologia presente na carta militar assinala a presença de um conjunto formado por um poço, um tanque e uma fonte ou chafariz além de construções telhadas do referido monte. O Monte das Romeiras de Baixo (oc. 11) está representado por construções em ruínas, um poço e um tanque.

Estes resultados estão listados no **Quadro 1** e caracterizadas com maior detalhe no **Anexo 2**.

## Resultados do trabalho de campo

A AI do Projeto foi prospetada de forma sistemática, conforme o zonamento documentado na **Figura 4** e no **Anexo 3**. O trabalho de campo foi executado pela requerente e o arqueólogo João Caninas, em setembro de 2023.

O zonamento foi repartido por quatro zonas de acordo com a visibilidade do solo. A AI direta corresponde às instalações e infraestruturas da atual pecuária e área de futura ampliação e três áreas de espalhamento de efluentes.

A **zona A** representa uma área antropizada, formada pelos armazéns e silos em funcionamento que constituem a pecuária, assim como estruturas desativadas e demolidas e onde se pretende construir novos imóveis no âmbito da ampliação da pecuária. Na sequência da demolição de estruturas desativadas, existe algum entulho disperso no terreno envolvente, que conserva rara vegetação herbácea. A visibilidade é nula para deteção de materiais arqueológicos nas áreas construídas, mas elevada nas áreas adjacentes correspondentes à AI indireta do projeto ou espaços livres entre o edificado.

A **zona B** (área de espelhamento 2) está ocupada por montado de sobro e coberto é pastagem (vegetação herbácea rasteira ou de pequeno porte), em terrenos planos ou de relevo ligeiramente ondulado. Observou-se elevada densidade de calhaus e blocos de quartzo dispersos, em menor quantidade de xisto e a presença de afloramentos de metassedimentos (quartzo e xisto) destacados acima do solo. A visibilidade para deteção de estruturas é elevada, enquanto a observação de materiais arqueológicos é média.

A **zona C** (área de espelhamento 1) é caracterizada por um montado semelhante à zona B, porém existe uma elevada densidade de folhagem seca, que ocupa a quase totalidade do solo, impedindo a visualização de materiais arqueológicos, embora elevada para deteção de estruturas. A superior quantidade de manta morta indica provavelmente um solo menos húmido e integra rara vegetação herbácea.

Na **zona D** (área de espelhamento 3) observou-se a continuação de montado com áreas de vegetação herbácea e arbustiva concentradas, nas quais se distingue o cardo e o tojo. Ocorre densidade média de calhaus de quartzo dispersos de calibres pequeno e médio. Considera-se uma visualização média a elevada para materiais arqueológicos e elevada para estruturas.

No decorrer da prospeção foram reconhecidas e caracterizadas as estruturas (**Anexo 3**) referidas na pesquisa documental, os alicerces de imóveis demolidos na totalidade ou parcialmente, associados a antigas funções da pecuária e construções contemporâneas em aparelho parietal de tijolo ou em cimento (oc. 1), uma fonte de mergulho (oc. 2) ao lado de um poço selado (oc. 3), na área de espalhamento 2 e na ZE, uma construção em ruínas, com anexo ainda em utilização (oc. 4), localizada entre as áreas de espalhamento 2 e 3.

Não se identificaram estruturas ou materiais de interesse arqueológico, indicativos de antiga ocupação deste espaço, mesmo que descontextualizados.

# AVALIAÇÃO DE IMPACTES

## Introdução

Na Situação de Referência foram identificadas onze ocorrências na AE do Projeto, três das quais, de caráter arquitetónico, na AI do projeto. As restantes oito ocorrências, de natureza arqueológica e arquitetónica, estão situadas na ZE.

As ocorrências de maior valor cultural, de natureza arqueológica, situam-se na ZE, a distância elevada do projeto; consistem num povoado do Calcolítico, duas antas datadas do Neocalcolítico e uma igreja de cronologia medieval-moderna.

No **Quadro 2** caracterizam-se, de modo agregado, os impactes reconhecidas sobre as ocorrências culturais identificadas na Situação de Referência.

## Impactes na fase de construção

O impacte negativo na oc. 1, resultante da execução do Projeto, é nulo tendo em consideração que se lhe atribuiu valor cultural nulo.

Os impactes negativos, associadas à abertura de fundações, sobre eventuais ocorrências arqueológicas incógnitas, que se possam conservar em níveis subjacentes à atual, devem qualificar-se como indeterminadas.

Não foram identificadas afetações diretas ou indiretas nas restantes ocorrências, situadas na AI (oc. 2 e 3) ou na ZE (oc. 4 a 11).

## Impactes na fase de exploração

Na fase de exploração prevê-se que o espalhamento dos efluentes ocorra em simultâneo com a mobilização do solo, de modo a ser de imediato incorporado no solo, com remeximento superficial da camada vegetal. Os impactes negativos sobre realidades arqueológicas ocultas no solo, devem considerar-se indeterminados mas pouco significativos atendendo à mobilização superficial de solo. Além de contextos arqueológicos ocultos no

solo, deve admitir-se a possibilidade de existir alguma estrutura negativa na superfície do substrato geológico, igualmente oculta por solo.

Sobre as oc. 2 e 3, situadas em AI direta de zona de espalhamento, prevê-se um impacte indireto negativo, pouco provável, de magnitude e significância baixa, pois a intervenção respeitará a área de proteção de 20 m imposta a furos e poços.

Não estão previstos impactes diretos ou indiretos nas ocorrências identificadas na ZE.

### Impactes na fase de desativação

Não se dispõe de informação que permita caracterizar os impactes negativos que possam resultar da desativação do Projeto. Os (eventuais) impactes negativos devem ser avaliados a partir dos resultados obtidos nas fases antecedentes, de construção e de exploração.

**Quadro 2. Avaliação de impactes do fator Património Cultural**

Ocorrências	Inserção no projeto	Fase	Caraterização de impactes																			
			Fase: Construção (C), Exploração (E); Desativação (D); Incidência (In): indireto (I), direto (D); Tipo (Ti): negativo (-); positivo (+); Magnitude (Ma): elevado (E), médio (M), baixo (B); Significância (Sg): muito significativo (M), significativo (S), pouco significativo (P); Duração (Du): temporária (T), permanente (P); Probabilidade (Pr): pouco provável (PP), provável (P), certo (C); Reversibilidade (Re): reversível (R); irreversível (I); INI: incidências não identificados (N) ou indeterminados (I). (? = incerteza na atribuição)																			
			In		Ti		Ma			Sg			Du		Pr		Re		INI			
AI	ZE	D	I	-	+	E	M	B	M	S	P	T	P	PP	P	C	R	I	INI			
1	AI	C																		N		
		E																			N	
		D																			N	
2 e 3	AI	C																			N	
		E		I	-				B			P		P	PP				I			
		D																				I
4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11	ZE	C																			N	
		E																				N
		D																				N

# MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

## Introdução

Na Avaliação de Impactes foram discutidas as consequências da construção, da exploração e da desativação do projeto sobre as ocorrências de interesse cultural identificadas na AE. Esta apreciação fundamenta as medidas de minimização gerais e as medidas específicas a seguir propostas.

## Medidas para a fase de construção

**MM.01** (planta de condicionantes). Inclusão das oc. 2 e 3 em planta de condicionamento das empreitadas de construção, visando garantir a salvaguarda e a manutenção do estado de conservação atual. Em caso de afetação deverá ser realizado registo documental (textual, fotográfico e gráfico) para memória descritiva. Esta medida deverá ser extensível à fase de exploração.

**MM.02** (acompanhamento arqueológico de empreitadas de construção) Acompanhamento integral e contínuo por arqueólogo das ações que impliquem remoção de solo e escavação manual ou mecânica correspondente à construção de novas infraestruturas. O acompanhamento arqueológico decorrerá até a um nível arqueológico estéril, com efeito preventivo em relação à afetação de vestígios arqueológicos incógnitos. Se no decurso das empreitadas de construção surgirem novas realidades de interesse arqueológico, a sua ocorrência deverá ser comunicada à tutela e avaliadas as medidas a adotar para a sua salvaguarda *in situ* com recurso a sondagens arqueológicas e registos documentais. Os achados móveis colhidos no decurso das empreitadas deverão ser colocados em depósito credenciado pelo organismo de tutela do património cultural.

## Medidas para a fase de exploração

**MM.03** (notificação à tutela do Património Cultural). Comunicação pelo dono-da-obra, à entidade de tutela do Património Cultural (atualmente a Direção Geral do Património Cultural e Direção Regional de Cultura do Alentejo), do eventual aparecimento de vestígios arqueológicos. Essa comunicação deverá ser efectuada de modo imediato, para que sejam acionados os mecanismos de avaliação do seu interesse cultural e respetiva salvaguarda.

A **MM.01** deve aplicar-se nesta fase.

A aplicação de outras medidas nesta fase ficará dependente dos resultados arqueológicos, eventualmente, obtidos na fase de construção.

### **Medidas para a fase de desativação**

Nesta fase é aconselhável aplicar a **MM.02** (acompanhamento arqueológico) e a **MM.03** (notificação à tutela do Património Cultural).

Poderão ser recomendadas outras medidas específicas em consequência dos resultados obtidos nas fases precedentes.

# FONTES DE INFORMAÇÃO

## Bibliografia

Carta Arqueológica de Montemor-o-Novo

[https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio\\_imovel/classificacao\\_do\\_patrimonio/despachosde\\_aberturaearquivamento/2023/megalitismo\\_alentejano/montemoronovo/montemor\\_listaalterada.pdf](https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imovel/classificacao_do_patrimonio/despachosde_aberturaearquivamento/2023/megalitismo_alentejano/montemoronovo/montemor_listaalterada.pdf)

CALADO, Manuel João Maio (2004). Menires do Alentejo Central Génese e evolução da paisagem megalítica regional.

CARVALHOSA, A. e ZBYSZEWSKI, G. (1994). Carta Geológica de Portugal à escala 1:50.000. folha 35D (Montemor-o-Novo). Instituto Geológico e Mineiro, 86 pp.

CARVALHO, Isaura (1987). “Cerâmica Medieval do Castelo de Montemor-o-Novo”, pp. 7-36, Almansor: revista de cultura, câmara municipal de Montemor-o-Novo, n.º 5.

GOMES, Mário Varela (1986). “O Cromeleque da Herdade de Cuncos (Montemor-o-Novo, Évora)”, pp. 7-42 Almansor: revista de cultura, câmara municipal de Montemor-o-Novo, n.º 4.

HELENO MANUEL (1935). Cad.25: 34; 1935, abril, Cad.26: 4,5.

OLIVEIRA, Catarina (2001). Lugar e Memória, Testemunhos megalíticos e leituras do passado. Montemor-o-Novo: Edições Colibri.

OLIVEIRA, Catarina, ROCHA, Leonor, SILVA C. Marciano da (2007). Megalitismo funerário no Alentejo Central — arquitectura e orientações: o estado da questão em Montemor-o-Novo. Revista Portuguesa de Arqueologia. Vol. 10. nº 2. 2007, p. 35-74.

PEDRO, J. (1996). Estudo do metamorfismo de alta pressão na área de Safira (Montemor-o-Novo), Zona de Ossa-Morena. Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, 69 pp.

PEDRO, J. (2017). Evolução geológica do sector NW do Maciço de Évora 2017, XII Encontro de Professores de Geociências.

PENALVA, Carlos (1983). “Paleolítico do Concelho de Montemor-o-Novo - Resultado das primeiras prospeções”, pp. 9-28, Almansor: revista de cultura, câmara municipal de Montemor-o-Novo, nº 1.

PEREIRA, Manuela (2004). "Intervenção arqueológica no castelo de Montemor-o-Novo: resultados preliminares", pp. 213-231 Almansor: revista de cultura, câmara municipal de Montemor-o-Novo, n.º 3.

RESENDE, Tatiana P. K. (1985). "Escavações Arqueológicas no Castelo de Montemor-o-Novo", pp. 11-36, Almansor: revista de cultura, câmara municipal de Montemor-o-Novo, n.º 3.

ROCHA, Leonor (2005). Origens do Megalitismo Funerário no Alentejo Central: A Contribuição de Manuel Heleno. Tese de doutoramento apresentada à FLUL em 2005.

### **Cartografia**

Cartografia IGE (2005) - Carta Militar de Portugal, Folhas 446 e 447, Esc. 1:25.000, Instituto Geográfico do Exército, Lisboa.

IGP (1994) - Carta Geológica de Portugal, Folha 35-D, Esc. 1:50.000, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Lisboa.

### **Planos**

Plano Diretor Municipal Montemor-o-Novo (2021)

### **Entidades**

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

### **Páginas WEB**

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Direção-Geral do Património Cultural (DGPC): Portal do Arqueólogo / Base de dados Endovélico <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>; Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação <http://www.patrimoniocultural.pt>.

Direção-Geral do Território / Sistema Nacional de Informação Territorial / Portal do Ordenamento do Território e do Urbanismo (SNIT) - [www.dgt.pt](http://www.dgt.pt) (consulta on-line de PDM).

Google Earth – observação de Fotografia Aérea

Sistema de Informação sobre Património Arquitetónico (SIPA): [www.monumentos.gov.pt](http://www.monumentos.gov.pt)

A arqueóloga responsável pelo conteúdo deste relatório.

Anabela Joaquinito

# ANEXOS

## Anexo 1. Metodologias

### Situação de Referência

**Âmbito da Situação de Referência (SR) do fator Património Cultural**

Como universo de avaliação consideram-se achados (isolados ou dispersos), construções, conjuntos, sítios e indícios (toponímicos, topográficos ou de outro tipo), de natureza arqueológica, arquitetónica e etnográfica, independentemente do seu estatuto de proteção ou valor cultural, globalmente designados como *ocorrências*.

Como diretivas legais e metodológicas consideram-se: a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural; o Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, que aprova e publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos; circular, emitida pela tutela em 29 de março de 2023, sobre os “Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental”.

**Área de estudo do fator**

Área de Estudo (AE) do Estudo de Impacte Ambiental (EIA): compreende a área de incidência mais a zona de enquadramento.

Área de incidência do projeto (AI): corresponde às parcelas de terreno destinadas à execução do projeto. É objeto de pesquisa documental e prospeção sistemática.

Zona de Enquadramento (ZE): consiste em faixa envolvente da AI até cerca de 1 km de distância do limite daquela área. É apenas objeto de pesquisa documental.

**Modo de caracterização do fator**

A SR do fator Património Cultural será caracterizada a partir de três ações principais: (1) pesquisa documental e institucional, prévia ao trabalho de campo, para identificação das ocorrências conhecidas na AE, as pré-existências; (2) prospeção de campo, para reconhecimento das pré-existências, visando a atualização da informação acerca do seu estado de conservação atual; (3) prospeção de campo para eliminação de lacunas de conhecimento e obtenção de novos conhecimentos acerca de ocorrências inéditas.

Como base de trabalho é utilizada cartografia militar à escala 1:25.000 e levantamentos topográficos da AI quando disponíveis. Para além destes recursos, a orientação no terreno e consequente georreferenciação de existências é executada com recurso a gps manual e telemóvel com utilização de ficheiro kml com o limite da AI.

As ocorrências serão caracterizadas em fichas individualizadas e representadas cartograficamente nas escalas e formas disponíveis, incluindo obrigatoriamente uma representação em carta militar à escala 1:25000. Para o efeito são utilizados diferentes ícones, na forma, indicativa de diferentes tipologias (linhas e áreas, círculos, elipses, quadrados, triângulos e outros polígonos) e na cor, indicativa de diferentes cronologias.

As condições de eficácia da prospeção de campo são documentadas num zonamento cartográfico que delimite zonas homogéneas em termos de visibilidade para a deteção de estruturas (positivas) acima do solo e materiais arqueológicos ao nível do solo. Consideram-se interditas, ou não prospetáveis, as parcelas de terreno que se apresentem vedadas e para as quais não se obtenha previamente autorização de entrada da parte dos respetivos proprietários ou seus representantes legais. Também se consideram interditas para prospeção os terrenos encharcados, os de progressão inviável face à inclinação do terreno e densidade da ocupação vegetal e os que contenham searas com porte e densidade vegetal elevada.

**Fontes de informação**

As fontes de informação utilizadas consistiram em inventários de organismos públicos com tutela sobre o Património, nomeadamente da Direção Geral do Património Cultural, através da base de dados de imóveis classificados, de imóveis em vias de classificação - Ulisses (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt>), de sítios arqueológicos - Endovélico (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>) e do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (<http://www.monumentos.gov.pt>), em consulta *on line*, o plano diretor municipal, bibliografia sobre património cultural, cartografia militar e ortofotografia (Google Earth).

## Avaliação de impactes ou incidências

Podem gerar incidência negativa (direta ou indireta), sobre ocorrências de interesse cultural, todas as ações intrusivas no terreno, relacionadas com a execução do Projeto, consistindo em desmatamento e revolvimento de solo.

A caracterização dos impactes ou incidências tem em conta: (1) a natureza física das ocorrências de interesse cultural (nomeadamente, estruturas destacadas acima do solo e vestígios ao nível do solo); (2) o grau de incidência ou proximidade da ação impactante sobre a ocorrência de interesse cultural; (3) a intrusão do Projeto na envolvente espacial de imóveis de valor cultural relevante e respetivas áreas de proteção, com especial incidência na fase de exploração; (4) o valor cultural intrínseco da ocorrência sujeita a impacte. Esta avaliação é executada tendo por base o grau de proximidade ou a sobreposição do Projeto em relação às ocorrências de interesse cultural.

### Parâmetros de caracterização de impactes ou incidências

Os parâmetros indicados podem ter grau indeterminado por insuficiência de informação acerca do Projeto ou acerca da ocorrência cultural.

Parâmetro	Graus	Explicação
Fase	Construção, preparação ou instalação Exploração Desativação	Fases sequenciais de desenvolvimento do Projeto. No caso de pedreiras e minas entre a fase de construção (de infraestruturas) e a fase de exploração deve considerar-se uma fase de Preparação, correspondente, por exemplo à descoberta da área de exploração a céu aberto. O mesmo se aplica com a instalação de povoamentos florestais.
Incidência	Direta Indireta	A incidência é direta se ocorre na área de incidência direta do projeto ou do processo da sua construção (caso de estaleiros, áreas de depósitos e áreas de empréstimo). A incidência é indireta se o projeto tem uma intrusão no espaço envolvente ou na zona de proteção de imóveis situados na área de incidência indireta.
Tipo, Natureza ou Sinal	Negativo (-) Positivo (+)	Um impacte positivo ou benéfico decorre de uma ação que melhora o conhecimento ou o estado de conservação de uma ocorrência cultural. Um impacte negativo ou prejudicial traduz a destruição parcial ou total de uma ocorrência, a sua degradação, o ocultamento, ou uma intrusão na sua envolvente espacial.
Magnitude ou Intensidade	Elevada Média Baixa	A magnitude do impacte depende do grau de agressividade de cada uma das ações impactantes e da suscetibilidade das ocorrências afetadas. A magnitude é elevada se o impacte for direto e implicar uma destruição total da ocorrência. É média se implicar uma destruição parcial ou a afetação da sua envolvente próxima. A magnitude é reduzida se traduzir uma degradação menos acentuada ou uma intrusão na zona envolvente também com menor expressão volumétrica ou mais afastada da ocorrência.
Significância ou Importância	Elevada Média Reduzida	A significância do impacte depende da importância do recurso afetado, tendo em conta a respetiva expressão local, regional, nacional e internacional. A significância é elevada ou muito significativa se o impacte for direto e implicar uma destruição total de uma ocorrência de importância a nível internacional e nacional. É média ou significativa se implicar uma destruição parcial ou a afetação da sua envolvente próxima. A significância é reduzida ou pouco significativa se traduzir uma degradação de uma ocorrência relativamente bem representada no território nacional, de valor cultural reduzido, em avançado estado de degradação ou uma intrusão na zona envolvente também com menor expressão volumétrica ou mais afastada da ocorrência.
Duração ou Persistência	Temporária	A duração do impacte, ou seja, do efeito induzido pela ação impactante sobre a ocorrência cultural pode ser temporária ou permanente.

	Permanente	Embora muitas causas possam ser temporárias ou seus efeitos negativos têm, em geral, caráter permanente.  Um efeito do tipo ocultamento que após a sua cessação não degrade o estado de conservação da ocorrência cultural pode considerar-se temporário.
Probabilidade ou Grau de certeza	Certo, Provável Pouco provável ou Improvável	O grau de certeza ou a probabilidade de ocorrência de impactes é determinado com base no conhecimento das características intrínsecas das ações impactantes, da sua localização espacial e do grau de proximidade em relação às ocorrências patrimoniais. A probabilidade é certa se a localização de uma parte de projeto coincide, parcial ou totalmente, de forma negativa com a posição de uma ocorrência cultural
Reversibilidade	Reversível Irreversível	O impacte é reversível se os respetivos efeitos se anulam a curto, médio ou longo prazo. É irreversível se esses efeitos permanecem por tempo indeterminado. Esta é a situação mais comum dos impactes negativos neste fator.  O efeito de ocultamento pode considerar-se reversível se após a sua cessação se verificar que não houve degradação do estado de conservação da ocorrência patrimonial.
Expressão Espacial	Local Regional Nacional	O impacte é local se os respetivos efeitos possuem uma expressão apenas a nível local. É regional se esses efeitos se fazem sentir a uma escala regional. É nacional se esses efeitos possuem uma expressão espacial a nível nacional.  Os impactes neste fator têm em geral uma expressão local.
Desfasamento no tempo ou instante em que se produz	Imediato Médio Prazo Longo Prazo	O instante em que se produz o impacte conhece-se observando o intervalo de tempo que decorre entre a ação que provoca o impacte e o impacte propriamente dito. Considera-se o impacte como imediato se ocorrer logo após a ação ou, a médio e longo prazo se existir um intervalo de tempo de menor ou maior duração entre a ação e o impacte.

### Medidas de Minimização (conceitos gerais)

Medida	Fase	Definição
Ajustamento do Projeto	Projeto	Alteração da posição de partes do Projeto com o objetivo de anular um impacte negativo, certo ou previsível, sobre uma ocorrência.
Planta de condicionantes	Antes da construção, preparação ou instalação	Inclusão das ocorrências de interesse cultural, identificadas na Situação de Referência, em planta de condicionantes, impondo restrição total à sua afetação, ocupação, atravessamento dos respetivos sítios ou obrigação de registo para memória futura.
Prospecção (arqueológica)	Construção, preparação ou instalação, exploração	Prospecção das partes do Projeto ou áreas funcionais da exploração que se localizem fora das zonas prospetadas no decurso desta avaliação.
Escavações e sondagens arqueológicas	Construção, preparação ou instalação, exploração	Execução de sondagens de diagnóstico e/ou escavações arqueológicas ou outros estudos destinadas a obter informação que permita determinar o estado de conservação, a funcionalidade e o interesse científico dos sítios e monumentos em causa. Os resultados dessas pesquisas aconselharão, ou não, a valorização dos respetivos sítios e a publicação dos resultados sob a forma de monografia.
Acompanhamento (arqueológico)	Construção, preparação ou	Observação, por arqueólogo, das operações que impliquem a remoção e o revolvimento de solo (desmatação e decapagens superficiais em ações de preparação ou regularização do terreno) e a escavação no

	instalação	solo e subsolo. Os resultados deste acompanhamento podem determinar a adoção de medidas de minimização específicas (registo, sondagens, escavações arqueológicas, etc). Os achados móveis efetuados no decurso desta medida deverão ser colocados em depósito credenciado pelo organismo de tutela do património cultural.
Conservação	Construção, preparação ou instalação, exploração	Conservação (mesmo que de forma passiva) das ocorrências imóveis identificadas no decurso deste estudo ou que sejam reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico, tendo em consideração o seu valor cultural. Esta medida pode concretizar-se na delimitação e sinalização de áreas de proteção às ocorrências a conservar.
Registo (documental)	Construção, preparação ou instalação	Representação gráfica e fotográfica e elaboração de memória descritiva (para memória futura) das ocorrências de interesse cultural que possam ser destruídas em consequência da execução do projeto ou sofrer danos decorrentes da proximidade em relação à frente de exploração.
Sinalização	Construção, preparação ou instalação	Sinalização das ocorrências de interesse cultural situadas nas proximidades das frentes de exploração, passíveis de afetação, mesmo que indireta, na fase de construção. Pretende-se, desta forma, minorar ou evitar danos involuntários e garantir a conservação dessas ocorrências.
Valorização	Exploração	Medidas relacionadas com o estudo, a fruição pública (turístico-didática) e a conservação ativa, <i>in situ</i> , das ocorrências de maior interesse cultural.
Vigilância	Exploração	Vigilância regular do estado de conservação dos elementos de maior interesse cultural identificados na AI do projeto. A execução desta medida compete ao dono-da-obra, com obrigatoriedade de comunicação às entidades competentes dos efeitos negativos detetados.
Monitorização	Exploração	Observação periódica do estado de conservação das principais ocorrências de interesse cultural situadas na AI do projeto ou nos principais acessos. Esta medida deve ser executada por especialista independente (arqueólogo) contratado pelo dono-da-obra e obriga à apresentação de relatórios de visita à entidade de tutela sobre o património arqueológico.

## Anexo 2. Ocorrências identificadas na pesquisa documental

Identificação	Caraterização
<p><b>Nº de Referência 1 Concelho</b> Montemor-o-Novo <b>Topónimo ou designação</b> Herdade de Pêro Negro <b>Tipologia</b> Construções <b>Cronologia</b> Idade Contemporânea <b>Categoria</b> arquitetónico <b>Estatuto</b> Não tem <b>Valor cultural</b> Nulo <b>CMP Folha N.º</b> 446, 447 <b>Fonte de Informação</b> CMP, Google Earth <b>Localização</b> AI</p>	<p>Construções assinaladas na cartografia militar e no Google Earth. Em ruínas.</p>
<p><b>Nº de Referência 2 Concelho</b> Montemor-o-Novo <b>Topónimo ou designação</b> Herdade de Pêro Negro <b>Tipologia</b> Fonte de mergulho <b>Cronologia</b> Idade Contemporânea <b>Categoria</b> arquitetura hídrica <b>Estatuto</b> Não tem <b>Valor cultural</b> Baixo <b>CMP Folha N.º</b> 446, 447 <b>Fonte de Informação</b> CMP, Google Earth <b>Localização</b> AI</p>	<p>Construções assinaladas na cartografia militar e no Google Earth.</p>
<p><b>Nº de Referência 3 Concelho</b> Montemor-o-Novo <b>Topónimo ou designação</b> Herdade de Pêro Negro <b>Tipologia</b> Poço <b>Cronologia</b> Idade Contemporânea <b>Categoria</b> arquitetura hídrica <b>Estatuto</b> Não tem <b>Valor cultural</b> Nulo <b>CMP Folha N.º</b> 446, 447 <b>Fonte de Informação</b> CMP, Google Earth <b>Localização</b> AI</p>	<p>Construções assinaladas na cartografia militar e no Google Earth.</p>
<p><b>Nº de Referência 4 Concelho</b> Montemor-o-Novo <b>Topónimo ou designação</b> Herdade de Pêro Negro <b>Tipologia</b> Construção <b>Cronologia</b> Idade Contemporânea <b>Categoria</b> arquitetónico <b>Estatuto</b> Não tem <b>Valor cultural</b> Nulo <b>CMP Folha N.º</b> 446, 447 <b>Fonte de Informação</b> CMP, Google Earth <b>Localização</b> ZE</p>	<p>Construções assinaladas na cartografia militar e no Google Earth. Em ruínas.</p>
<p><b>Nº de Referência 5 Concelho</b> Montemor-o-Novo <b>Topónimo ou designação</b> Poço da Marmeleira <b>Tipologia</b> Poço <b>Cronologia</b> Idade Contemporânea <b>Categoria</b> arquitetura hídrica <b>Estatuto</b> Não tem <b>Valor cultural</b> Nulo <b>CMP Folha N.º</b> 446, 447 <b>Fonte de Informação</b> CMP, Google Earth <b>Localização</b> ZE</p>	<p>Assinalada por topónimo e símbolo na cartografia militar.</p>
<p><b>Nº de Referência 6 Concelho</b> Montemor-o-Novo <b>Topónimo ou designação</b> Povoado do Monte do Foro <b>Tipologia</b> Povoado <b>Cronologia</b> Calcolítico <b>Categoria</b> arqueológico <b>Estatuto</b> Inventário Endovelico, PDM <b>Valor cultural</b> Médio <b>CMP Folha N.º</b> 446, 447 <b>Fonte de Informação</b> DGPC, PDM <b>Localização</b> ZE.</p>	<p>“Cabeço que se destaca na paisagem, com bom domínio visual, com possíveis patamares e próximo da ribeira de Safira. Apesar da fraca visibilidade provocada pela vegetação alta foi possível registar a presença de fragmentos de cerâmica manual, um fragmento com bordo semi-circular e carena, mas também um fragmento de cerâmica de roda, bem como dois percutores.” (DGPC, CNS 30626, PDM CA466)</p>
<p><b>Nº de Referência 7 Concelho</b> Montemor-o-Novo <b>Topónimo ou designação</b> Igreja de Nossa Senhora da Natividade de Safira <b>Tipologia</b> Igreja <b>Cronologia</b> Idade Média-Moderna <b>Categoria</b> arquitetónico <b>Estatuto</b> Inventário Endovelico, PDM <b>Valor cultural</b> Médio <b>CMP Folha N.º</b> 446, 447 <b>Fonte de Informação</b> DGPC, PDM <b>Localização</b> ZE.</p>	<p>“Edifício rectangular com cobertura de duas águas e contrafortes em alvenaria de taipa nas paredes laterais. Compoem-se por galilé de 3 arcos redondos, de acesso com terraço, ampliação posterior do edifício, campanário na fachada de acesso no topo simétrico da empena, nave de planta rectangular, baptistério de planta quadrada e tecto em cúpula e capela-mor de planta rectangular e tecto em abobadilha.” (DGPC, CNS 30502, PDM CA351)</p>
<p><b>Nº de Referência 8 Concelho</b> Montemor-o-Novo <b>Topónimo ou designação</b> Anta dos Castelos 2 <b>Tipologia</b> Anta <b>Cronologia</b> Neocalcolítico <b>Categoria</b> arqueológico <b>Estatuto</b> Inventário Endovelico, PDM <b>Valor cultural</b> Médio <b>CMP Folha N.º</b> 446, 447 <b>Fonte de Informação</b> DGPC, PDM <b>Localização</b> ZE.</p>	<p>“Monumento com três esteios in situ e um tombado. São perceptíveis vestígios da mamoa. Corresponde a um dos sepulcros identificados por C. Oliveira em 2001, podendo corresponder à vaga informação obtida por M. Heleno acerca da existência de uma anta na “Herdade do Castelo</p>

	(Ribeira de Cima)" (Heleno, 1931, Abr.: Cad.5 cit in Rocha 2005: 41). [Act.06/Jul/2021]". (DGPC, CNS 39722, PDM CA280)
<b>Nº de Referência</b> 9 <b>Concelho</b> Montemor-o-Novo <b>Topónimo ou designação</b> Poço da Ameixeira <b>Tipologia</b> Anta <b>Cronologia</b> Neocalcolítico <b>Categoria</b> arqueológico <b>Estatuto</b> Inventario Endovelico, <b>Valor cultural</b> Indeterminado <b>CMP Folha N.º</b> 446, 447 <b>Fonte de Informação</b> DGPC <b>Localização</b> ZE.	"Monumento marcado na folha 35-D (Montemor-o-Novo) da Carta Geológica de Portugal (1:50 000), a cerca de 200m a N do Poço da Ameixeira. [Act. Jul/2021]". (DGPC, CNS 39722)
<b>Nº de Referência</b> 10 <b>Concelho</b> Montemor-o-Novo <b>Topónimo ou designação</b> Monte da Atafona <b>Tipologia</b> Quinta <b>Cronologia</b> Idade Contemporânea <b>Categoria</b> arquitetónico <b>Estatuto</b> Não tem <b>Valor cultural</b> Indeterminado <b>CMP Folha N.º</b> 446, 447 <b>Fonte de Informação</b> CMP, Google Earth <b>Localização</b> ZE	Fonte identificada na cartografia militar, com estrutura de maior dimensão e outras menores dispersas, incluindo poço e tanque, associadas a provável quinta.
<b>Nº de Referência</b> 11 <b>Concelho</b> Montemor-o-Novo <b>Topónimo ou designação</b> Monte das Romeiras de Baixo <b>Tipologia</b> Construção <b>Cronologia</b> Idade Contemporânea <b>Categoria</b> arquitetónico <b>Estatuto</b> Não tem <b>Valor cultural</b> Indeterminado <b>CMP Folha N.º</b> 446, 447 <b>Fonte de Informação</b> CMP, Google Earth <b>Localização</b> ZE	Fonte identificada na cartografia militar, com símbolo de construção em ruína associado a poço e tanque.

## Anexo 3. Ocorrências caracterizadas em trabalho de campo

Nº referência de inventário utilizada na cartografia, nos quadros e nas fichas de inventário. **Data** corresponde à data de observação. **Carta Militar de Portugal (CMP)** nº da folha na escala 1:25.000. **Altitude** obtida a partir da CMP, em metros (m). **Topónimo ou Designação** nome atribuído à ocorrência ou ao local onde se situa. **Categoria** distinção entre arqueológico, arquitetónico, etnológico, construído e outros atributos complementares (hidráulico, civil, militar, artístico, viário, mineiro, industrial, etc). **Tipologia** tipo funcional de ocorrência, monumento ou sítio, segundo o *thesaurus* do Endovelico. **Cronologia** indica-se o período cronológico, idade ou época correspondente à ocorrência. A aplicação do sinal “?” significa indeterminação na atribuição cronológica. A indicação de vários períodos cronológicos separados por “;” tem significado cumulativo. **Classificação** imóvel classificado ou outro tipo de proteção, decorrente de planos de ordenamento, com condicionantes ao uso e alienação do imóvel. **Valor cultural** hierarquização do interesse patrimonial da ocorrência no conjunto do inventário de acordo com os seguintes critérios: **Elevado (5)**: Imóvel classificado (monumento nacional, imóvel de interesse público) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitetónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. **Médio-elevado (4)**: Imóvel classificado (valor concelhio) ou ocorrência (arqueológica, arquitetónica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (caraterísticas presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. **Médio (3)**, **Médio-baixo (2)**, **Baixo (1)**: Aplica-se a ocorrências (de natureza arqueológica ou arquitetónica) em função do seu estado de conservação, antiguidade e valor científico, e a construções em função do seu arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local. **Nulo (0)**: Atribuído a construção atual ou a ocorrência de interesse patrimonial totalmente destruída. **Indeterminado**: Quando as condições de acesso ao local, a cobertura vegetal ou outros fatores impedem a observação da ocorrência (interior e exterior no caso das construções). **Posição v. Projeto** indicam-se as relações de proximidade em relação ao projeto: AI (área de incidência) ou ZE (zona envolvente). **Tipo de trabalho** atributo baseado no *thesaurus* do Endovelico, nomeadamente, reconhecimento ou prospeção. **Coordenadas Geográficas** coordenadas retangulares; UTM datum ED50 ou WGS84 obtidas em campo com GPS; conversão para HAYFORD-GAUSS Militares-Lisboa (Lx) **Distrito. Concelho. Freguesia. Lugar** local habitado mais próximo. **Proprietário** identificação do(s) proprietário(s). **Uso do Solo, Ameaças e Estado de conservação** atributos baseados no *thesaurus* do Endovelico. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não foram recolhidos. **Acesso. Morfologia do terreno** indica a posição da ocorrência face à topografia do terreno (afloramento; encosta; cumeada; socalco; aluvião, terraço; planalto; planície; linha de água; escarpa; chã; vale; outros). **Visibilidade para estruturas e artefactos** indicam-se os seguintes graus de visibilidade para deteção de estruturas e artefactos, elevada, média, reduzida e nula. **Fontes de informação** bibliografia, cartografia, manuscritos, informação oral, instrumento de planeamento, base de dados ou de outro tipo. Também se indica a fonte de informação utilizada quando não tem origem na CMP por aproximação espacial. **Espólio recolhido** indicação do tipo e quantidade de achados arqueológicos móveis recolhidos durante o trabalho de campo. **Caraterização** da ocorrência em termos de localização, características construtivas e materiais utilizados, dimensões e registo fotográfico. **Responsáveis** nome do(s) arqueólogo(s) responsável(eis) pela observação da ocorrência e elaboração da ficha de sítio.

**Nº 1 Data** setembro de 2023 **CMP** 446, 447 **Topónimo ou Designação** Herdade Pêro Negro **Categoria** Arquitetura **Tipologia** Construção **Cronologia** Contemporânea **Classificação** Não tem Valor Nulo **Posição AI** **Tipo de trabalho** Reconhecimento **Coordenadas (UTM WGS84)** 29S 558830-4272851 **Concelho** Montemor-o-Novo **Freguesia** Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras **Proprietário** Lavrogados Lda **Uso do Solo** Pastagem **Ameaças** Inexistente **Conservação** Mau **Acesso** Pecuária Pêro Negro **Morfologia** Terraço **Visibilidade estruturas** Nula **Visibilidade materiais** Nula **Fonte de Informação** Carta Militar de Portugal (CMP), Google Earth **Espólio** Não foi recolhido **Caracterização** Fundações de construção demolida em aparelho parietal de tijolo e curral abandonado em planta de corredor em arcada, construído em cimento.



**Nº 2 Data** setembro de 2023 **CMP** 446, 447 **Topónimo ou Designação** Herdade Pêro Negro **Categoria** Arquitetura **Tipologia** Fonte de mergulho **Cronologia** Contemporânea **Classificação** Não tem Valor Baixo **Posição AI** **Tipo de trabalho** Reconhecimento **Coordenadas (UTM WGS84)** 558483-4273096 **Concelho** Montemor-o-Novo **Freguesia** Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras **Proprietário** Lavrogados Lda **Uso do Solo** Pastagem **Ameaças** Inexistente **Conservação** Bom **Acesso** Pecuária Pêro Negro **Morfologia** Terraço **Visibilidade estruturas** Nula **Visibilidade materiais** Nula **Fonte de Informação** CMP **Espólio** Não foi recolhido **Caracterização** Fonte de mergulho com frontão triangular, coberta por uma cúpula, com entrada em arco ogival que descarrega em duas

colunas, com cerca de 1,5m de altura. Servia de bebedouro dos animais.



3

**Nº 3** Data setembro de 2023 **CMP** 446, 447 **Topónimo ou Designação** Categoria Arquitetura **Tipologia** Poço **Localização** Pecuária Pero Negro **Cronologia** Contemporânea **Classificação** Não tem **Valor** Baixo **Posição** Al **Tipo de trabalho** Reconhecimento **Coordenadas (UTM WGS84)** 558526- 4273086 **Concelho** Montemor-o-Novo **Freguesia** Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras **Proprietário** Lavrogados Lda **Uso do Solo** Pastagem **Ameaças** Inexistente **Conservação** Bom **Acesso** Pecuária Pêro Negro **Morfologia** Terraço **Visibilidade estruturas** Nula **Visibilidade materiais** Nula **Fonte de Informação** CMP **Espólio** Não foi recolhido **Caracterização** Poço selado, com bocal em tijolo rebocado. Sobre o poço foi implantado uma estrutura coberta para fixação de conduta de água e de um contador.



4

**Nº 4** Data setembro de 2023 **CMP** 446, 447 **Topónimo ou Designação** Herdade Pêro Pinheiro **Categoria** Arquitetura **Tipologia** Poço **Localização** Pecuária Pero Negro **Cronologia** Contemporânea **Classificação** Não tem **Valor** Baixo **Posição** ZE **Tipo de trabalho** Reconhecimento **Coordenadas (UTM WGS84)** 558556- 4272749 **Concelho** Montemor-o-Novo **Freguesia** Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras **Proprietário** Lavrogados Lda **Uso do Solo** Pastagem **Ameaças** Inexistente **Conservação** Bom **Acesso** Pecuária Pêro Negro **Morfologia** Terraço **Visibilidade estruturas** Elevada **Visibilidade materiais** Elevada **Fonte de Informação** CMP, Google Earth **Espólio** Não foi recolhido **Caracterização** Construção em ruínas formada por casa de habitação de dois pisos ladeada por

armazém e curral. Paredes em alvenaria de pedra e telhado de duas águas. Possui um marco geodésico no telhado. Existe um armazém de menores dimensões, em uso.



5



6



7



8

## Anexo 4. Zonamento da prospeção arqueológica

Delimitação de áreas homogêneas e diferenciadas em termos de visibilidade do solo e ocupação, com dimensão significativa à escala cartográfica utilizada, identificadas com letras e cartografadas com diferentes cores. No caso de existirem características heterogêneas de pequena dimensão a respetiva zona conexas deverá ser identificada como um mosaico com diferentes graus de visibilidade.

**Parâmetros.** **VE** = visibilidade para deteção de estruturas, acima do solo (elementos imóveis); **VM** = visibilidade para deteção de artefactos, ao nível do solo (elementos móveis). **Graus de visibilidade.** **Elevado** = ausência de vegetação (arbórea, arbustiva e herbácea) devido a incêndio, desmatação ou lavra recente. Observa-se a totalidade (ou quase) da superfície do solo; **Médio** = a densidade da cobertura vegetal é mediana ou existem clareiras que permitem a observação de mais de 50% da superfície do solo; **Reduzido** = a densidade da vegetação impede a progressão e/ou a visualização de mais de 75% da superfície do solo; **Nulo** = zona artificializada, impermeabilizada ou oculta por se encontrar ocupada por construções, depósitos de materiais, pavimentos ou vegetação densa impedindo, desta forma, a progressão e a visualização do solo na totalidade da área considerada; **Caracterização.** Descrição da ocupação, das condições de visibilidade do solo e registo fotográfico. O zonamento está caracterizado em ortofoto na **Figura 4**.

### Identificação, visibilidade e caracterização e registo fotográfico

#### Zona A

**VE** Elevada **VM** Elevada (solo não ocupado) Nula (localização de edificado)

**Caracterização** Edificado da exploração pecuária, em laboração, com grande armazém, com planta em L, e dois silos, adjacentes aos quais existem as fundações de edifícios demolidos de aparelho parietal em tijolo, estruturas de antigo curral, de cronologia contemporânea e duas lagoas artificiais.

O solo apresenta dispersão de entulho, proveniente da demolição.



**Zona B**

**VE** Elevada **VM** Média

**Caracterização** Povoamento de sobreiro e pastagem com densidade reduzida de vegetação herbácea e concentração de sobreiros na área de montado. Presença de grandes afloramentos de quartzo e elevada densidade de calhaus e blocos de quartzo e xisto dispersos.



**Zona C**

**VE** Elevada a média **VM** Reduzida a nula

**Caracterização** Montado com manta morta formada por densidade elevada de folhagem impedindo a identificação de material arqueológico ou estruturas à superfície.



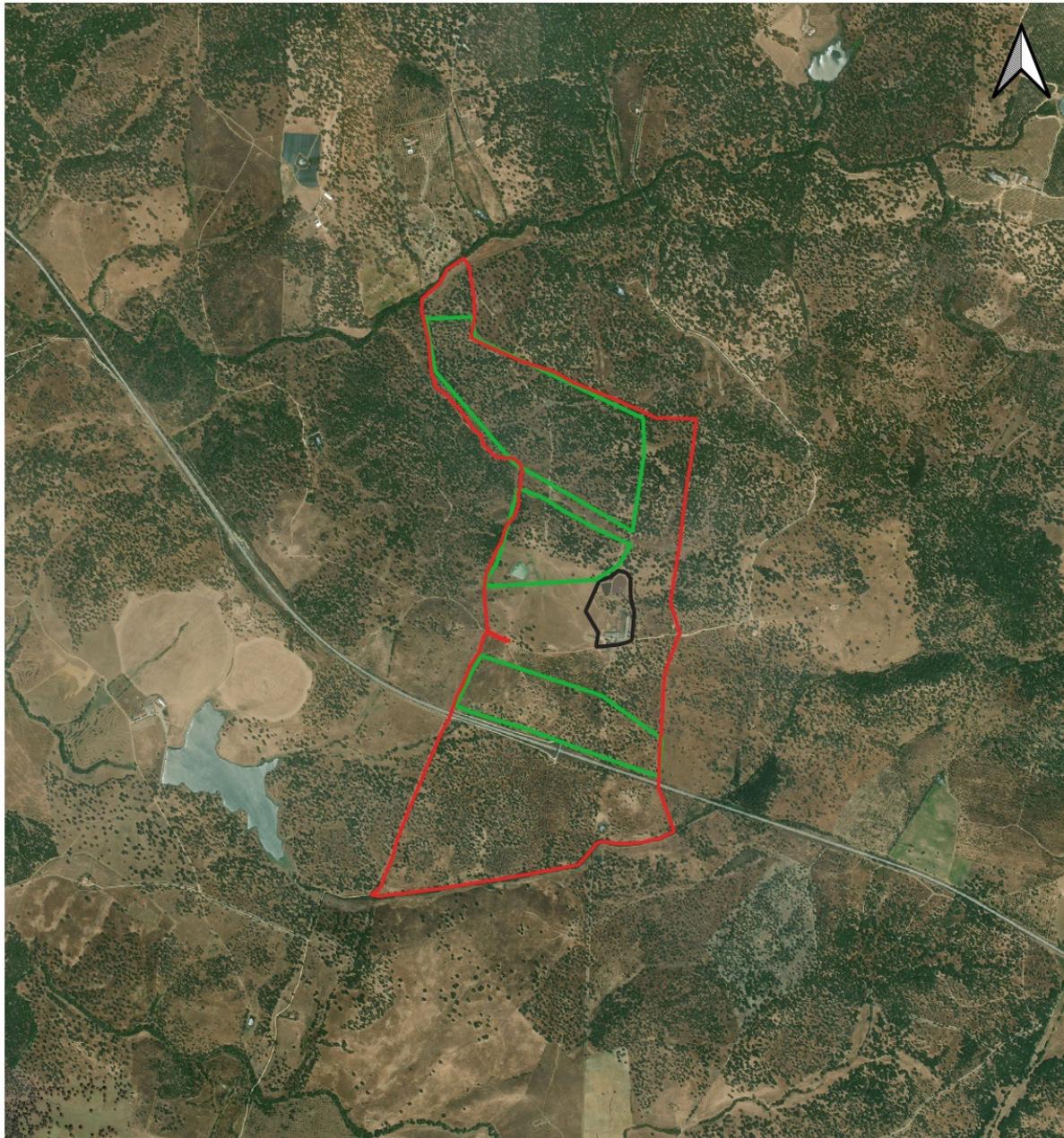
**Zona D**

**VE** Elevada **VM** Elevada a média

**Caracterização** Montado disperso, com menor densidade de vegetação representada por herbáceas secas constituídas maioritariamente por cardos.



## Anexo 5. Figuras



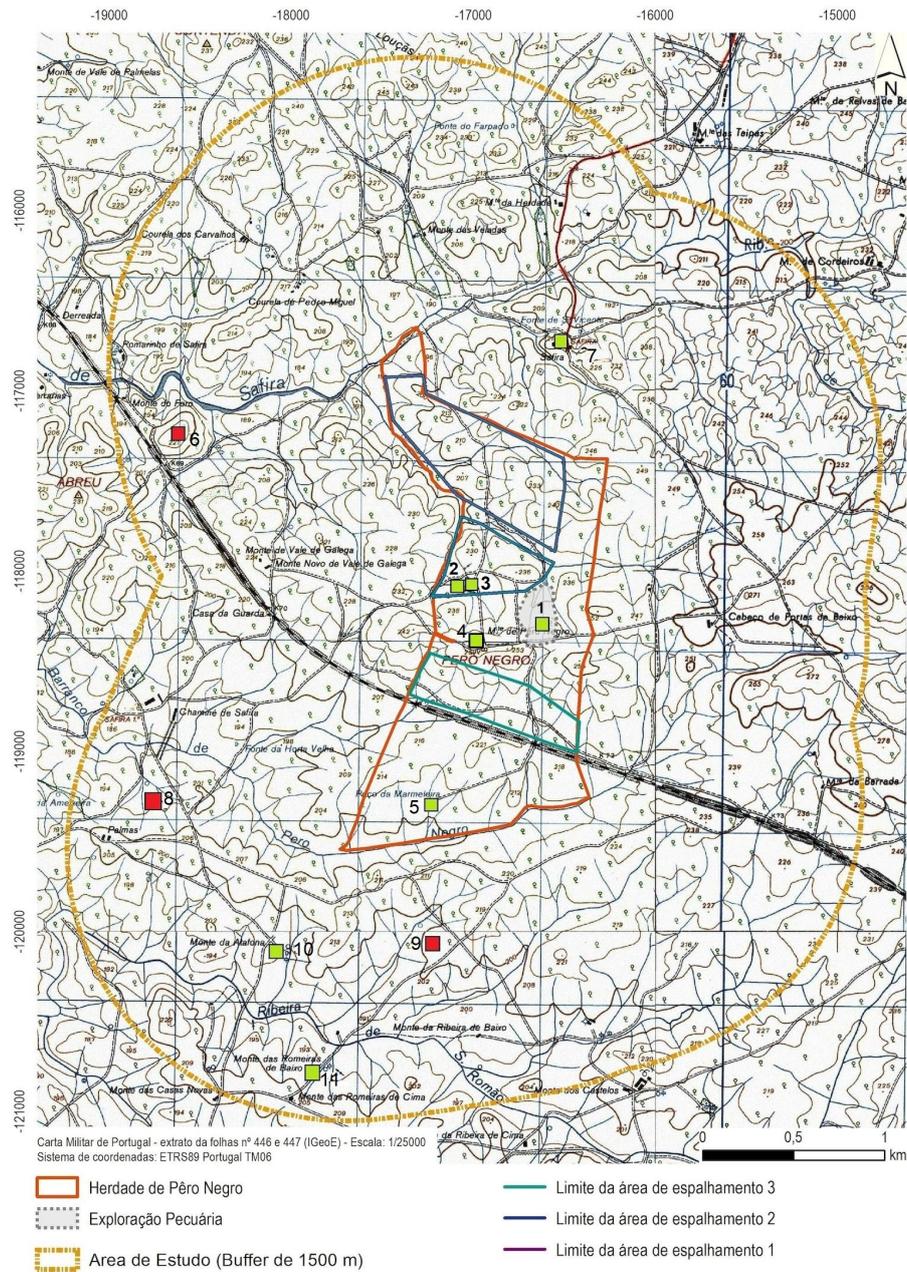
Legenda

-  Herdade de Pêro Negro
-  Exploração pecuária
-  Áreas de espalhamento aprovadas

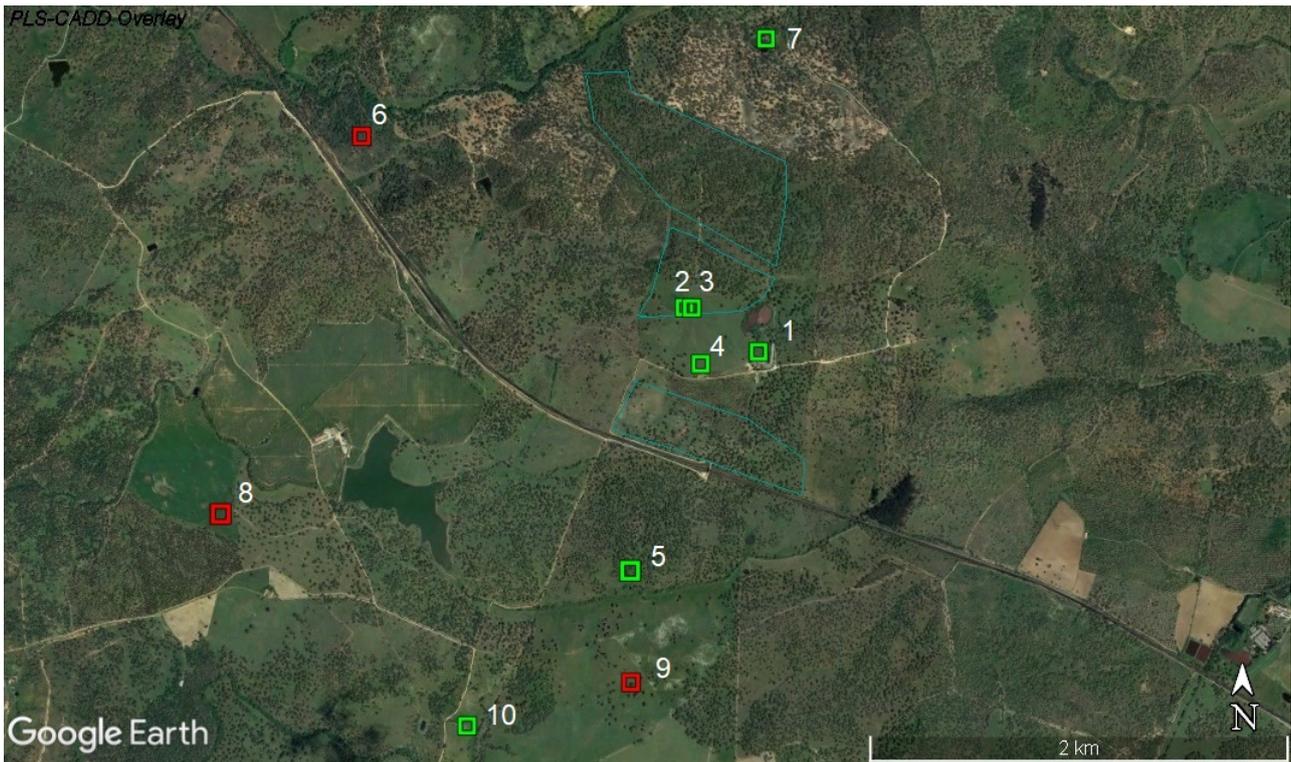
0 250 500 m



**Figura 1.** Localização do Projeto e área de estudo em ortofotografia.



**Figura 2.** Localização do Projeto e das ocorrências de interesse cultural sobre extrato das folhas 446 e 447 da Carta Militar de Portugal (IGeoE).



**Figura 3.** Localização das ocorrências sobre fotografia aérea (fonte: Google Earth).

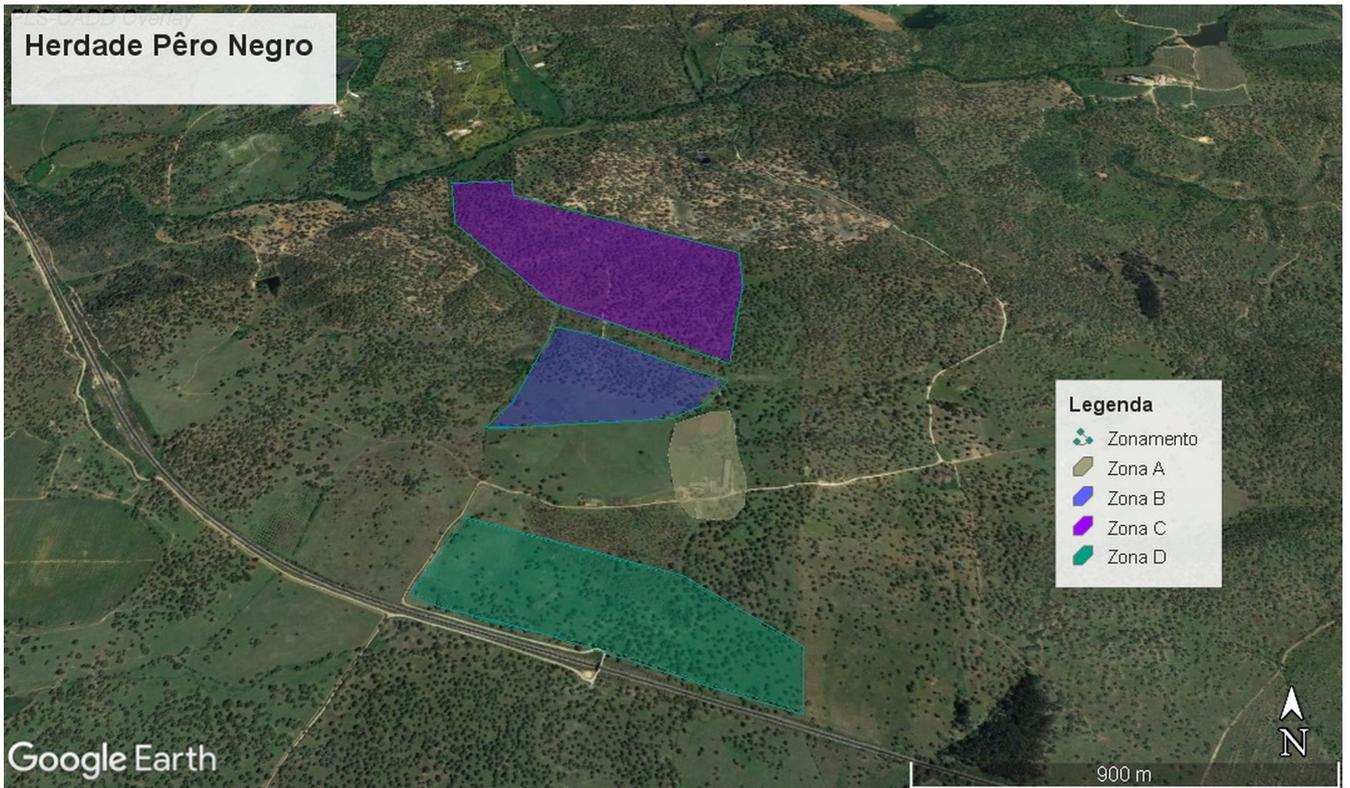


Figura 4. Zonamento da prospeção arqueológica sobre fotografia aérea (fonte: Google Earth).

## Anexo 6. Autorizações DGPC

REPÚBLICA PATRIMÓNIO	
<p>19/09</p> <p>2023/12 (408)</p> <p>1699002</p> <p>12.10.378</p> <p>E.S.P. 259241</p>	
<p> <b>REPÚBLICA PORTUGUESA</b></p> <p>CULTURA DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALENTEJO</p>	
<p><b>PARECER</b></p> <p><i>f' nota com parecer favorável n termos do inf'rmado</i></p> <p><i>[Signature]</i> 15.07.2023</p> <p>Diretor de Serviço dos Bens Culturais Eduardo M. F. Eugénio</p>	<p><b>DESPACHO</b></p> <p><i>Aprovo.</i></p> <p><i>[Signature]</i> 25092023</p> <p>Maria Catarina Coelho Subdiretora-Geral Por delegação de competência Despacho nº 2949/2023 DR. 2ª Série, nº 45.03/01/2023</p>
<p>Informação: 688/DSBC/2023 CS 259241</p> <p style="text-align: right;">Data: 14/09/2023</p>	
<p><b>Assunto:</b> Apresentação de requerimento de PATA, da categoria C (Prospecção), no âmbito da Ampliação de Exploração Pecuária de Pêro Negro, Montemor-o-Novo</p>	
<p><b>Requerente:</b> Anabela da Conceição Branco Joaquinito  <b>Email:</b> <a href="mailto:ajoaquinito@hotmail.com">ajoaquinito@hotmail.com</a>  <b>Entidade contratante:</b> PROEGRAM, Projectos e Consultoria em Engenharia e Ambiente  <b>Entidade enquadrante:</b> EMERITA, Empresa Portuguesa de Arqueologia  <b>Proprietário:</b> Maria Cristina Guarda de Sousa (sócia gerente da Lavrogados, Lda.)</p>	
<p><b>1. Âmbito</b></p> <p>Cabe à DRCALENTEJO, ao abrigo da alínea i), do n.º 3, do art.º 2º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de Maio, instruir e submeter, à DGPC o parecer sobre o Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos, devendo esta proceder à sua aprovação, nos termos da alínea l), do n.º 3, do art.º 2º do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de Maio.</p>	
<p><b>2. Análise do PATA</b></p> <p><b>2.1. Enquadramento</b></p> <p>- Os trabalhos enquadram-se no âmbito da ampliação da exploração pecuária. Pretende-se aumentar a área de construção numa zona de ruínas e eliminar uma pequena lagoa ao lado do pavilhão dos animais.</p>	
<p>Rua de Burgos, 5 • 7000 - 863 ÉVORA • Tel.: 266 769 800 - 266 796 450 • Fax: 266 769 451 email: <a href="mailto:info@cultura-alentejo.gov.pt">info@cultura-alentejo.gov.pt</a></p>	



## 2.2. Objectivos dos trabalhos:

- Realização da pesquisa documental (bibliografia, Cartas Militares, base de dados).
- Realização da Prospecção arqueológica sistemática da área de incidência do projecto.
- Realização da Caracterização da situação de referência.
- Identificação e avaliação de impactes.
- Propostas de medidas de minimização.
- Registos.
- Constituição da equipe: Anabela Joaquineto (arqueóloga responsável) e João Caninas (arqueólogo de apoio).
- Calendarização: Após aprovação por parte da Tutela.

2.3. Foi analisada a situação de entrega de relatórios dos anteriores trabalhos da referida arqueóloga.

2.4. Verifica-se que a arqueóloga está habilitada a executar o trabalho e que contem todos os elementos necessários para este tipo de intervenção.

2.5. Após a análise do PATA, verificamos que o Plano de Trabalhos está em conformidade com as normas determinadas no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro).

## 3. Nota

Deverá ser comunicada à Direção Regional de Cultura do Alentejo, o início dos trabalhos.

Rua de Burgós, 5 • 7000 863 ÉVORA • Tct.: 266 769 800 266 796 450 • Fax: 266 769 451  
email: info@cultura-alentejo.gov.pt



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

**CULTURA**  
DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALENTEJO

**4. Conclusão**

Face ao exposto, manifestamos a nossa concordância com a realização dos trabalhos em causa, pelo que não existe inconveniente na respectiva autorização por parte da DGPC.

À consideração superior,

A técnica superior,

*Assyrella Helena Gomes*